

## RELGES 2023

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO/ES

EXERCÍCIO: 2023

### 1 – INTRODUÇÃO:

Este documento, denominado Relatório de Gestão ou RELGES, relata e analisa os principais atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo, no exercício de 2023, com o objetivo de integrar as contas anuais do Poder Legislativo.

### 2 – FUNDAMENTO NORMATIVO:

O fundamento normativo deste relatório é o artigo 137, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - Resolução TCE/ES nº 261/2013, e suas modificações posteriores, determinando que a partir do exercício de 2013, inclusive, as contas do Legislativo fossem acompanhadas do RELGES.

### 3 – FINALIDADES:

Em linhas gerais o artigo 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017 conceitua o RELGES como sendo

*“(...) relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas”*

A segunda parte do dispositivo esclarece a sua principal finalidade: *“permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.”*

Mais do que isso o RELGES, além de relatar e expor os fatos do passado, dando uma visão sistêmica da administração num determinado período, pode servir de base para orientar e auxiliar a tomada de decisões futuras, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública e o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração, notadamente o da eficiência, sendo estas as diretrizes que orientaram este trabalho.

#### **4 – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS:**

A elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023 iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 4.197, de 02/09/2022, onde foram traçadas as diretrizes gerais para o orçamento municipal, incluindo o da Câmara.

Tais aspirações consubstanciaram-se na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 4.219, de 30/11/2022, destinando à Câmara R\$ 7.406.220,50 para o exercício de 2023, equivalentes a 4,32% do orçamento geral do Município de Castelo, que naquele exercício foi estimado em R\$ 171.342.000,00.

Isso representou, em relação ao exercício de 2022, um aumento de R\$ 2.371.751,36, ou 47,11%, considerando que a previsão orçamentária da Câmara para 2022 foi de R\$ 5.034.469,14, ou 4,39% do total do orçamento geral do Município, naquele exercício estimado em R\$ 114.628.624,00.

O aumento da receita do Legislativo foi o maior observado nos últimos anos permitindo assim saldo suficiente para cumprir adequadamente suas metas e promover a execução de seus projetos e ações, conseguindo honrar todos os seus compromissos com agentes públicos e fornecedores, sobrando ainda recursos financeiros, sem registrar, finalmente, qualquer dívida capaz de comprometer sua capacidade financeira e orçamentária.

Para o exercício de 2024 o orçamento da Câmara foi fixado em R\$<sup>3</sup> 6.733.600,93, equivalente a 4,32% do orçamento geral do Município - Lei nº 4.331, de 30/11/2023, estimado no total de R\$ 155.870.391,91, representando um decréscimo de R\$ 672.619,57 em relação ao exercício de 2023, equivalentes a 9,08%, o que representará a primeira queda de receita em valores absolutos apurados observada na série histórica iniciada em 2013.

Pode-se afirmar que otimismo em relação ao incremento da receita, que fez com que o orçamento de 2023 fosse estimado 49,47% superior ao de 2022, acabou se concretizando, tendo em vista que a arrecadação chegou a R\$ 169.178.708,19, 98,74% do total estimado, permitindo assim a implementação sem qualquer tipo de sobressalto nas ações do legislativo

A tabela abaixo demonstra as evoluções orçamentárias nos exercícios de 2013 a 2024:

Exercício	Orçamento Municipal (R\$)	Orçamento da Câmara (R\$)	Percentual Orçamento Municipal	Diferença Exercício Anterior (R\$)	Diferença Exercício Anterior
2013	75.997.000,00	2.942.905,97	3,87%	-	-
2014	91.496.800,00	2.948.127,00	3,23%	+ 5.221,03	+ 0,17%
2015	91.120.000,00	3.103.127,00	3,41%	+ 155.000,00	+ 5,25%
2016	88.432.971,79	3.496.000,00	3,95%	+ 392.873,00	+ 12,66%
2017	79.692.100,00	3.710.000,00	4,66%	+ 214.000,00	+ 6,12%
2018	84.700.000,00	3.847.000,00	4,54%	+ 137.000,00	+ 3,69%
2019	97.569.085,00	3.974.573,56	4,07%	+ 127.573,56	+ 3,31%

2020	105.520.000,00	4.277.714,70	4,05%	+ 303.141,14	+ 7,62%
2021	103.473.000,00	4.847.178,24	4,68%	+ 569.463,54	+ 13,31%
2022	114.628.624,00	5.034.469,14	4,39%	+ 187.290,90	+ 3,86%
2023	171.342.000,00	7.406.220,50	4,32%	+ 2.371.751,36	+ 47,11%
2024	155.870.391,91	6.733.600,93	4,32%	- 672.619,57	- 9,08%

## 5 – ASPECTOS FINANCEIROS:

No aspecto financeiro não houve grandes inovações no exercício de 2023.

No exercício de 2021, primeiro ano da legislatura vigente, o investimento com subsídio dos Vereadores aumentou: se até o mandato encerrado em 2020 o valor do subsídio dos vereadores era de R\$ 4.900,00 (Lei Municipal nº 3.272/2012) a partir de 1º de janeiro de 2021 passou a ser de R\$ 6.900,00 mensais, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.884, de 25 de abril de 2019, norma que assegurou aos edis, igualmente, o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias.

O impacto de tal medida, anualmente, é de R\$ 372.320,00, já incluído o 13º e as contribuições sociais, o que entretanto foi absorvido com suficiência pelo aumento da arrecadação e pelo equilíbrio nos gastos do Legislativo já que as despesas com pessoal totalizaram 2,52% da receita corrente líquida em 2023, contra 2,21% no exercício de 2022, aumento sensível que demonstra que as despesas dessa natureza estão sendo parcimoniosas e conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tal aumento é derivado de algumas ações que aumentaram os investimentos em matéria de pessoal, podendo citar como exemplos a concessão de reajuste de em 5,79% a todo o quadro de servidores da

Câmara (Lei nº 4.236, de 23/02/2023 - impacto em 2023 estimado de R\$<sup>5</sup> 85.772,62 em 2023), aumento de vencimentos de diversos cargos (Lei nº 4.247, de 30/03/2023 – impacto estimado de R\$ 281.221,42 em 2023) e abono de R\$ 1.200,00 em parcela única no mês de dezembro de 2023 (Lei nº 4.339, de 14/12/2023 – impacto estimado de R\$ 54.000,00 em 2023).

Nota-se que as medidas implementadas não tiveram reflexos relevantes na majoração das despesas, tanto que elas tiveram um aumento de 14,02% relativamente ao exercício de anterior, sendo observado ao longo dos anos uma sensível redução nas despesas totais com pessoal: embora em 2023 o percentual tenha sido de 2,52% em 2022 a despesa foi de 2,21% da receita corrente líquida do Município contra 2,54% em 2021, 2,41% em 2020, 2,61% em 2019, 2,87% em 2018 e 2,97% em 2017, sendo então 2023 o terceiro menor índice percentual dos últimos sete anos.

Dessa forma o incremento da despesa não afetou a tendência ao cumprimento dos limites legais e constitucionais pelo Legislativo, tal como observado nos exercícios anteriores, o que é reforçado pela constatação de que no encerramento do exercício de 2023 a Câmara restituiu aos cofres do Executivo R\$ 2.654.649,75 em recursos financeiros, demonstrando controle e equilíbrio nos gastos pois conseguiu cumprir todas as suas obrigações financeiras com servidores, vereadores e fornecedores e ainda economizou e devolveu recursos.

Para 2024 não há previsão de grande aumento de despesas, devendo concretizar a tendência de cumprimento dos limites legais e constitucionais, mesmo que para o corrente exercício algumas despesas tenham sido implementadas, como a criação de 13 cargos comissionados de assessor de gabinete (Resolução nº 23/2023 e Lei nº 4.341 de 29/12/2023), cujo impacto estimado em 2024 é de R\$ 490.947,29 anuais, o que, entretanto, deve-se amoldar às receitas do Legislativo, já que o orçamento foi realinhado para tal

fim, acreditando que em 2024 o total de despesas com pessoal deve ficar<sup>6</sup> em torno de 3,50% da receita corrente líquida.

## **6 – ASPECTOS OPERACIONAIS:**

Ao longo de 2023 a Câmara procurou munir-se dos instrumentos necessários para atender suas demandas e cumprir suas finalidades.

Foram celebrados, como nos exercícios anteriores, os contratos ordinariamente feitos, que envolvem os setores de publicidade e comunicação (precipualemente rádio e jornal impresso) e administrativos, que incluem contratos para fornecimento de cópias reprográficas, materiais de consumo (papéis e combustível) além dos serviços de filmagem e transmissão online das sessões, sendo digno de registro outras contratações que se fizeram necessárias no exercício, a exemplo dos serviços para substituição do telhado do prédio-sede (R\$ 78.542,71), cinco aparelhos de ar-condicionado (R\$ 12.500,00) e a aquisição de novos computadores para todas salas/setores (R\$ 212.340,81), investimentos que foram suficientemente comportados pelo orçamento.

Quanto à execução dos serviços é importante salientar os esforços no sentido de implementar os preceitos dos novos sistemas e procedimentos adotados pelo Poder Legislativo, em especial aqueles relativos ao registro e remessa dos dados de contratações ao Tribunal de Contas do Estado e aqueles relativos ao programa de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas do Governo Federal (eSocial), o que fez com que servidores e órgãos do Legislativo tivessem que aumentar o seu conhecimento na matéria para cumprir as novas exigências normativas.

Do mesmo modo deve ser pensada a implementação de medidas para suprir, no campo prático, as demandas de setores como almoxarifado e patrimônio, além das demandas dos servidores que atuarão na execução e

controle das aquisições baseadas na nova Lei de Licitações e Contratos, o<sup>7</sup> que vem ocorrendo gradualmente.

## **7 – ASPECTOS PATRIMONIAIS:**

O ano de 2023 registrou sensíveis mudanças no acervo patrimonial da Câmara.

Ela é detentora de apenas um imóvel, qual seja, o de nº 118 da Av. Getúlio Vargas, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, ES, o qual lhe serve de sede.

Quanto aos móveis, os existentes sofreram as depreciações ordinárias, sem haver, no entanto, nenhum tipo de bem cujo desgaste, pelo seu uso ou outro fator determinante, tenha sido extraordinariamente alto.

Aquisição relevante foram cinco aparelhos de ar-condicionado split, substituindo os últimos de janela em uso, e 33 microcomputadores para uso de todas as salas/setores, ação necessária tendo em vista que aqueles em uso eram antigos, com mais de 10 anos de uso, portanto obsoletos e com componentes de hardware e software ultrapassados, permitindo assim a melhoria num instrumento de trabalho essencial para o Legislativo, ainda mais porque a demanda tecnológica vem aumentando em vista dos novos sistemas exigirem cada vez mais recursos técnicos para sua execução.

## **8 – ASPECTOS FISCAIS:**

Este relatório abordou os aspectos orçamentário e financeiro da Câmara, apontando receitas e despesas e a evolução desses elementos ao longo do exercício passado.

Considerando que o Poder Legislativo tem como fonte exclusiva de receita<sup>8</sup> os repasses dos duodécimos pela Prefeitura e que por tal motivo nenhuma medida administrativa resultará no aumento da sua receita, as únicas ações adotadas foram e serão aquelas que objetivam a austeridade nas contas públicas, aplicando a economicidade na execução dos recursos como meio de obter o equilíbrio entre receitas e despesas, o que, até o momento, vem surtindo o efeito desejado.

Neste aspecto o desempenho da Câmara pode ser considerado bom, pois, além de cumprir todos os seus encargos com pessoal e fornecedores, ainda conseguiu devolver recursos financeiros à Prefeitura em 2023, considerando que em 2024, dependendo das ações administrativas a serem implementadas, o panorama de economia deve continuar, mesmo com o orçamento caindo 9,08%.

## **9 – CONCLUSÃO:**

Após a breve explanação concluímos que o ano de 2023 foi marcado pela constante atuação legislativa e administrativa da Câmara Municipal de Castelo, que buscou a realização de suas atividades e projetos como meio de cumprir suas finalidades institucionais, sem colocar em risco, por outro lado, a sua capacidade financeira, orçamentária e fiscal.

Mais que analisar os atos e fatos do passado, noutros momentos foram apresentadas sugestões, eis que o planejamento das ações conduzirá, certamente, a uma melhor aplicação dos recursos, permitindo alcançar economia e eficiência no serviço público em favor da austeridade e do equilíbrio fiscal.

Este relatório não tem pretensão de ser exauriente, já que a matéria é ampla, variável e comporta inúmeras interpretações, devendo registrar que seu principal objetivo é demonstrar, de maneira clara e sucinta, os principais



aspectos do Poder Legislativo, não só para permitir uma análise sistêmica<sup>9</sup> desses atos, e a possibilidade de cotejá-los com outros, mas para ajudar no crescimento da Câmara e do Município de Castelo, apontando as possíveis imperfeições e acertos daquilo que foi analisado, sempre em prol do direito, do interesse público e do bem comum, esperando que todos os gestores e responsáveis continuem a refletir este importante pensamento.

Castelo, ES, 08 de março de 2024.

**FELIPE SCABELLO SILVA**

Secretário de Administração